

# | 710 | A REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS E A PROTEÇÃO PARA “PATRIMÔNIOS DISPERSOS”: NOVAS ABORDAGENS E CRITÉRIOS

*Maria Cristina da Silva Schicchi*

## **Resumo**

A pesquisa se propõe a constituir um corpo teórico e metodológico que permita abordar a questão da preservação do patrimônio cultural e, em especial, o patrimônio edificado das cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas. Como patrimônio edificado entende-se aqui a dimensão urbana e arquitetônica do território, de forma que são elementos construídos os espaços públicos (ruas, calçadas, praças, largos, etc.), os edifícios, os equipamentos urbanos e outros elementos que contribuem como suporte para o desenvolvimento das práticas sociais cotidianas dos habitantes. A abordagem privilegia a discussão urbanística contida nas questões de preservação, como parte da discussão mais ampla sobre as políticas urbanas implementadas nas cidades. Como resultado, além da discussão aprofundada da natureza dos patrimônios das cidades da Região Metropolitana de Campinas, pretende-se estabelecer novas bases conceituais e metodológicas para a definição de critérios de seleção e de ação com intuito de preservá-los.

**Palavras-chave:** patrimônio, políticas públicas, cidades paulistas, urbanismo, preservação.

## **Introdução**

A pesquisa se propõe a constituir um corpo teórico e metodológico que permita abordar a questão da preservação do patrimônio cultural e, em especial, o patrimônio edificado das cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas. Como patrimônio edificado entende-se aqui a dimensão urbana e arquitetônica do território, de forma que são elementos construídos os espaços públicos (ruas, calçadas, praças, largos, etc.), os edifícios, os equipamentos urbanos e outros elementos que contribuem como suporte para o desenvolvimento das práticas sociais cotidianas dos habitantes. Incorpora-se, portanto, o conceito alargado de patrimônio, não no sentido de abrangência de categorias de preservação, mas de sua amplitude espaço-temporal, que permita colocar sob análise, elementos da dinâmica urbana presente nas cidades da região.

A proposta se insere no âmbito das discussões do Grupo de Pesquisa<sup>1</sup>, cujos enfoques têm privilegiado a discussão da preservação do patrimônio cultural a partir da visão do urbanismo. Esse enfoque determinou uma forma de lidar com a questão da preservação como parte da discussão mais geral sobre as políticas urbanas implementadas nas cidades e,

---

<sup>1</sup> Patrimônio Urbano e Arquitetônico das Cidades Paulistas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em atividade desde 2002.

em particular, os processos de gestão dos patrimônios edificados, tendo em conta a especificidade das questões que envolvem a sua preservação em um sistema de produção e consumo do espaço configurado historicamente a partir de relações de propriedade e de poder exercido pelas classes de renda mais altas.

O que ainda em meados da década de 1970 apenas se enunciava como um interesse difuso em relação ao valor das áreas consolidadas das cidades, hoje já se configura como uma realidade do mercado imobiliário. Periferia e centro já não possuem diferenças marcantes quanto a processos de ocupação do território e homogeneização da paisagem. Inserem-se novas urbanizações como substituição de tecidos urbanos consolidados e criam-se novos loteamentos dispersos nas áreas mais distantes dos centros antigos das cidades.

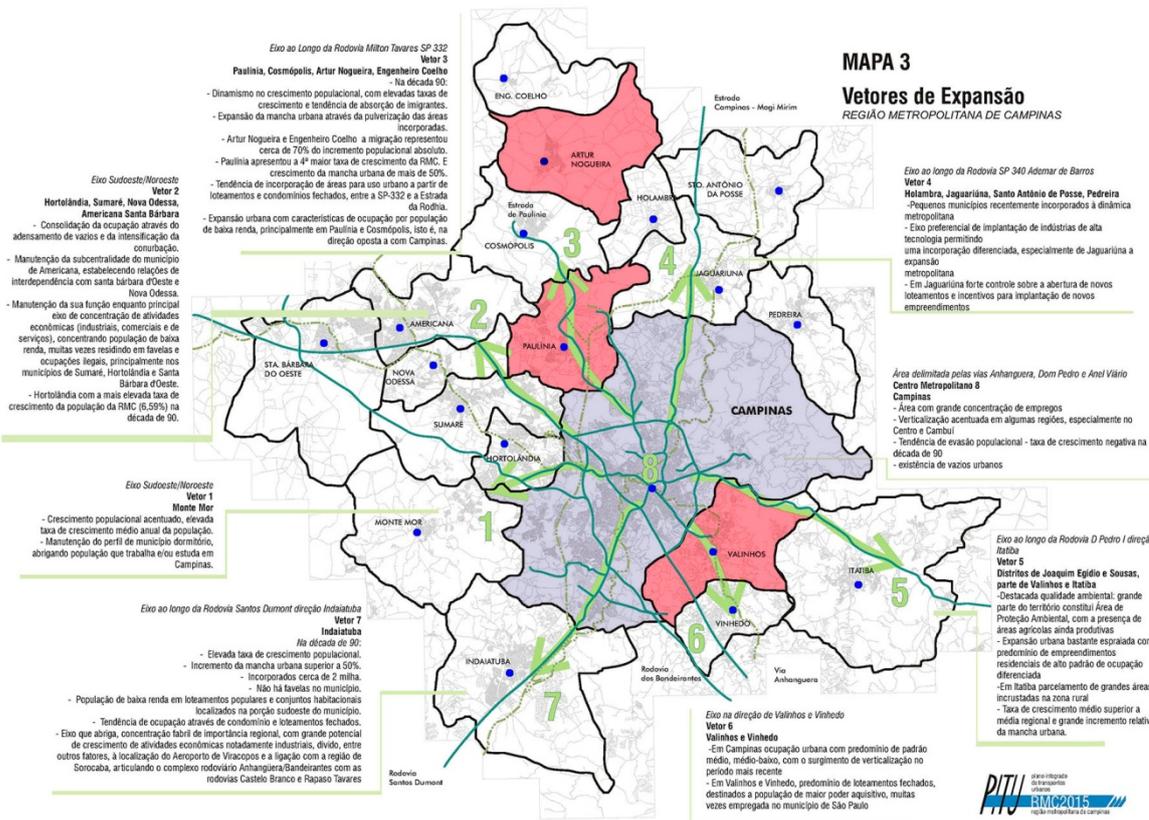
Esta é a realidade que tem marcado os processos de urbanização e criação de novas centralidades na Região Metropolitana de Campinas. Em consonância com estes processos, também os centros geracionais destas cidades vem apresentando uma perda de população nativa e a introdução de novos contingentes de população imigrante, a partir de um processo de mobilidade intra-metropolitano.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi instituída no ano 2000 pela Lei Complementar Estadual 870, e ocupa uma área de 364.689 ha, que representa 1,3% do território do Estado de São Paulo. Sua criação se deu a partir de uma política de planejamento regional, desencadeada pela Constituição Estadual de 1989. De acordo com esta Lei, 19 municípios fazem parte da RMC, a saber: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, sendo que os três últimos foram desmembrados em 1991.

Uma das características marcantes desta região interiorana é que ela apresenta dois movimentos opostos de urbanização: o crescimento em extensão a partir das áreas centrais dos municípios, configurando diversos pontos de conurbação e, ao mesmo tempo, um desdobramento de novas áreas urbanizadas, a partir de sucessivos loteamentos abertos na periferia dos núcleos que a compõem, dando corpo a uma urbanização descontínua, caracterizada por condomínios residenciais e industriais fechados, um forte êxodo rural e regionalização das atividades, gerando intensos deslocamentos ao longo das rodovias de acesso (Cano et al., 2002). Desta forma, os municípios no entorno imediato de Campinas, como Sumaré e Hortolândia, receberam grandes fluxos migratórios provenientes da sede metropolitana. O mesmo ocorreu com Americana que já se tornou um sub-centro e Santa

Bárbara d'Oeste, cuja área periférica, por proximidade, também receberia um fluxo migratório (PMHIS, 2010).

Figura 1



Mapa base com os Vetores de Expansão da RMC. Destaque para Valinhos, Paulínia e Artur Nogueira (em vermelho) e Campinas (em azul). Fonte: Relatório PITU 2015. Disponível em: [http://www.stm.sp.gov.br/images/stories/Pitus/Pitu2015/arquivos/relat\\_5\\_mapas.pdf](http://www.stm.sp.gov.br/images/stories/Pitus/Pitu2015/arquivos/relat_5_mapas.pdf) Acesso em: 10/11/2012.

Originalmente, a região, por ter sido o mais importante núcleo do complexo cafeeiro paulista, herdou as bases para o dinamismo da agricultura, infra-estrutura de transporte e qualidade da rede urbana, tendo Campinas desde o início como capital regional. Esse processo foi reforçado com a abertura da Via Anhangüera nos anos 1950 e depois com a Rodovia dos Bandeirantes, no final dos anos 1970. Baeninger (2002), afirma que a Região Metropolitana de Campinas, desde esta década, passou a receber grandes fluxos migratórios, já que se tornou um dos principais eixos de expansão no processo de desconcentração relativa das atividades industriais.

Nos anos 1970, 60% do crescimento absoluto da população metropolitana era fruto da migração; na década seguinte, esse valor passou para 48% e entre os anos de 1991 e 1996 para

43% - período em que a RMC recebeu 83.884 de migrantes de outros Estados. A intensidade deste processo foi tal que, nos anos 1990, apenas nos municípios de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Holambra e Pedreira, a migração representou 70% do crescimento absoluto dessa área (PMHIS, 2010).

As principais motivações para os deslocamentos na RMC são a educação (com 1.379.126 viagens) e o trabalho no ramo de serviços (840.182 viagens). Considerando apenas os horários de pico levantou-se que eram realizadas cerca de 420.000 viagens na RMC, sendo que destas, ao redor de 230.000 eram por motivo de trabalho e em torno de 250.000 de estudo (PITU/RMC/2010)<sup>2</sup>.

Figura 2

Município origem	Modo Principal						
	Ônibus	Fretado	Escolar	Dirigindo Auto	Passageiro Auto	Táxi	Lotação
AMERICANA	67.815	15.515	6.712	85.966	43.241	62	1.333
ARTUR NOGUEIRA	1.149	2.808	3.493	2.450	1.149	-	158
CAMPINAS	416.399	48.510	56.642	348.226	140.499	3.271	18.776
COSMÓPOLIS	4.998	5.792	821	11.988	5.929	-	513
ENG. COELHO	136	1.289	363	859	450	-	-
HOLAMBRA	618	1.608	168	2.528	1.286	-	69
HORTOLÂNDIA	36.368	7.877	3.105	18.778	9.556	-	2.484
INDAIATUBA	18.122	8.866	3.302	28.587	13.073	-	519
ITATIBA	12.720	4.840	1.178	30.358	12.960	118	236
JAGUARIÚNA	4.540	7.855	2.330	8.692	1.706	-	219
MONTE MOR	5.211	1.659	4.938	4.775	1.938	-	1.206
NOVA ODESSA	5.454	6.053	4.826	15.917	11.122	-	279
PAULÍNIA	13.155	8.427	3.554	18.142	6.522	44	581
PEDREIRA	3.457	1.131	1.960	9.632	4.955	-	302
SANTA BÁRBARA D' OESTE	31.762	11.684	3.173	37.329	21.560	85	1.091
SANTO ANTÔNIO DE POSSE	886	858	1.218	3.999	1.218	-	332
SUMARÉ	46.587	15.824	9.885	36.017	20.103	-	7.941
VALINHOS	25.092	9.364	5.746	33.775	15.005	55	831

Reprodução de Tabela "Viagem Principal por município e Modo Principal. Região Metropolitana de Campinas, 2003". Fonte: PITU. Disponível em: <http://www.stm.sp.gov.br/images/stories/Pitus/Pitu2015/pitu.html>. Acesso em 15/11/2012.

Diversas políticas governamentais em níveis federal, estadual e municipal, como o Programa de Metas (1956-1960) e o Proálcool induziram a interiorização do desenvolvimento principalmente em Campinas e região, dando abertura para investimentos públicos em infraestrutura de transportes, comunicações, ciência e tecnologia, como o caso do surgimento da

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.stm.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2324&Itemid=16](http://www.stm.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2324&Itemid=16) Acesso em 06/06/2011.

Unicamp, Replan, CPqD, CTI etc. Com isso a região atraiu a implantação de grandes empresas e ampliou a rede de pequenas e médias, intensificando as relações com o setor agropecuário e terciário e diversificando a estrutura produtiva. Como consequência a mancha urbana se expandiu e deu início a um desenho para os processos de conurbação ao longo dos eixos viários Anhanguera, Santos-Dumont, Rod. Dom Pedro I, Campinas-Paulínia e Campinas-Mogi-Mirim (Gutmann, 2011).

A RMC é bastante articulada com a Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Santos e outros centros regionais em estados limítrofes, configurando a chamada “macrometrópole paulista”. Ela está inserida também no principal pólo urbano-industrial brasileiro, tendo como epicentro São Paulo, mas se estende por uma grande região interiorana em desenvolvimento. Segundo Cano & Brandão (2002), este processo aumentou a complexidade nos centros urbanos das cidades paulistas. É uma região que agrega municípios com situações desiguais de urbanização e industrialização, que são ao mesmo tempo responsáveis por suas singularidades. Apresenta ainda traços de heterogeneidade social, produtiva e espacial. O intenso fluxo migratório de pessoas de outras regiões não foi absorvido de forma adequada, gerando processos de periferação com extremos de classes altas e baixas, diminuindo a força dos centros urbanos tradicionais, já que a tendência é de que as zonas mais periféricas dos municípios apresentem taxas de crescimento maiores que as zonas próximas aos centros urbanos (PITU/RMC/, 2010) e criando um sistema de polinucleação.

A Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP) foi criada em 2003 e reúne um conjunto de câmaras técnicas com a finalidade de integrar, propor e executar políticas públicas de interesse comum entre as cidades que a compõem<sup>3</sup>. Entre suas principais funções está a execução das leis que dispõem sobre as regiões metropolitanas, estabelecendo metas, planos, programas e projetos, bem como fiscalizar e avaliar a execução e manutenção de estruturas técnicas e administrativas.

A criação desta agência em âmbito metropolitano pode em um primeiro momento parecer mero dispositivo político-administrativo, porém, hoje, é quase impossível estudar quaisquer elementos referenciais culturais sem levar em conta os processos regionais, deflagrados pelo fenômeno de movimentação de pessoas entre as cidades da RMC, onde o fato de possuírem locais de estudo e trabalho distantes das cidades em que residem, ou, vice versa, provoca uma ambiguidade de identidade, ou seja, a perda da relação de vínculo com

---

<sup>3</sup>Junto com a Lei Complementar Estadual 870, foram criadas Câmaras Temáticas e Câmaras Temáticas Especiais, ambas de caráter técnico, dirigidas por um titular e com fins específicos. Disponível em: [www.agemcamp.sp.gov.br](http://www.agemcamp.sp.gov.br), acesso em 06/06/2011.

uma só cidade. Essa condição de “territoriante” (Muñoz, 2008), é um dos traços mais marcantes da relação que ocorre hoje entre o espaço e o habitante da região.

Neste sentido é que surge a pergunta central do trabalho: como tratar questões como memória e identidade, que constituem a base para a discussão da identificação do patrimônio cultural de cidades, para comunidades em que a população original já se igualou em termos demográficos à população imigrante, como é o caso dos municípios de Vinhedo e Valinhos? Como identificar, avaliar, classificar os bens do patrimônio, a partir da legitimidade do seu reconhecimento social? Como ignorar as periferias que foram tomadas por condomínios de classe alta ao lado de conjuntos habitacionais de baixa renda resultantes de investimentos públicos? Principalmente tendo em vista que, segundo aponta Gutmann (2011), a conurbação cria fortes dependências entre as cidades, como ocorre entre Americana, que se tornou um sub-centro e Santa Barbara D’Oeste, por exemplo.

Após uma pesquisa inicial nas páginas oficiais das municipalidades<sup>4</sup>, foi possível constatar que a maioria destas cidades não possui órgãos específicos de preservação do patrimônio cultural, sejam secretarias, departamentos ou conselhos e, muitas vezes, são as secretarias de obras que atuam na manutenção geral dos edifícios e espaços públicos das cidades, tratados indistintamente. Não há preocupação com a conservação de edifícios, usos e vitalidade dos espaços como forma de preservação da memória e identidade local. São poucos os tombamentos e apenas a cidade de Campinas realizou um primeiro inventário de edifícios significativos.

A região segue a tendência apontada por Bremaeker (2001) para os municípios brasileiros, onde há um número médio de 4,88 a 7,92 conselhos municipais, proporcionais ao tamanho das populações, variando este número para cidades entre 10 a 500 mil habitantes, respectivamente. Grande parte destes conselhos está concentrada num primeiro grupo de áreas, lideradas pela de saúde, seguida pelas de assistência social, educação, direitos da criança e adolescente, emprego/trabalho, nesta ordem de prioridade. Abaixo viria um segundo grupo, em que, em ordem decrescente estariam as áreas de meio ambiente, turismo, habitação, transporte e política urbana e os conselhos de política urbana estão presentes apenas em 188 municípios de um total de 5.506 existentes no país.

Outra questão a considerar são as áreas envoltórias das construções protegidas, que se transformou em um dos principais problemas para os conselhos nestes vinte e cinco

---

<sup>4</sup> Em levantamentos realizados em 2010 sobre a atuação de conselhos municipais constatamos que dos 645 municípios que fazem parte do estado de São Paulo, apenas 13,5% (88) possuem conselhos municipais de preservação. Destes, 50% se constituíram entre 2001 e 2006, 32% entre 1991 e 2000 e apenas 12% já estavam constituídos antes de 1990. Dados obtidos no site da Confederação Nacional dos Municípios (CNM, 10/09/2009, apud Schicchi, 2010).

primeiros anos de atuação. Em alguns casos, tais áreas, mesmo respaldadas por restrições definidas no ato dos tombamentos, têm demandado uma abordagem caso a caso, pois as condições gerais de proteção do entorno dos bens não permitem contemplar a diversidade construtiva existente, ou seja, a morfologia heterogênea característica das cidades paulistas, constituída a partir de alterações constantes na legislação de uso e ocupação do solo (Schicchi, 2010, p.61).

Foi, portanto, a partir da discussão das envoltórias que as municipalidades se defrontaram com a necessidade de posicionamento sobre a paisagem da cidade, sobre o que se deseja para os centros, sobre a necessidade de se pensar a harmonização do conjunto dos edifícios históricos, inclusive para garantir aspectos objetivos de qualidade ambiental.

O desafio da preservação urbana hoje está principalmente em levar em conta as singularidades e diversidades culturais, sociopolíticas, econômicas e históricas de cada cidade. Como afirma Arantes (2006, p. 425-436), dentro desta perspectiva emergem outras questões de relevância sociológica que não se referem apenas ou à experiência urbana ou à gestão das cidades:

*(...) O ponto de partida tácito é que o patrimônio é construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido. A preservação, como toda prática, consiste em ações simbólicas, desenvolvidas em arenas ou situações sociais por sujeitos (indivíduos ou instituições) estruturalmente posicionados a partir de motivações e estratégias referidas a sistemas de forças sociais. Cabe indagar, portanto, qual é o objeto dessa prática, quais são os sujeitos que a põem em marcha, em que condições e quadro institucional isso ocorre, e que valores ela, por sua vez, imobiliza.*

Segundo o autor, estas questões exigem uma reflexão teórica, porém alicerçadas por pesquisas empíricas. Ao invés de se buscar uma solução homogênea deve-se considerar a diversidade dos problemas como um valor cultural de fundamental importância, já que:

*(...) a prática da preservação não legitima simplesmente sentidos socialmente atribuídos pela cultura comum e cotidiana a determinados aspectos da cultura, mas põem em prática os critérios, as concepções e os valores que são defendidos por técnicos e especialistas (arquitetos, urbanistas, historiadores, arqueólogos, antropólogos e geógrafos, entre outros). Consequentemente as decisões das instituições de preservação podem estar em desacordo – e não raramente estão – com os valores vigentes locais. (Arantes, 2006, p.427)*

A experiência de refletir sobre a preservação e a gestão do patrimônio de várias cidades da RMC, nestes últimos anos, nos permite concordar com a afirmação de Arantes de que inúmeros problemas enfrentados no dia-a-dia da preservação dizem respeito ao fato de os bens preservados serem interpretados e utilizados pela população de forma nem sempre compatível com as recomendações decorrentes do reconhecimento de seu interesse e sentido para coletividades regionais.

É a Declaração de Amsterdã, realizada em outubro de 1975 que, no processo de constituição de parâmetros universais sobre como abordar a diversidade dos contextos urbanos, irá consagrar a tendência a abolir toda a segregação hierárquica entre os conjuntos de maior interesse artístico e os de “menor interesse”, de forma a integrar a mudança como algo desejável e inevitável (Justicia et al., 2008, p.179). Porém, como explica Fonseca (1996, p.159), a expressão que aqui no Brasil foi traduzida para “patrimônio cultural não-consagrado”:

*(...) surgiu nesse período para designar aqueles bens culturais que, até então, não integravam o universo o patrimônio histórico e artístico nacional. Quando muito, nele figuravam como bens de valor etnográfico. Tratava-se das produções dos “excluídos” da história oficial: indígenas, negros, populações rurais, imigrantes etc.*

Entretanto, concordamos com Poulot (2009, p.205), quando afirma que “(...) não há contradição entre os dois aspectos quando o apego ao lugarejo [*petite patrie*] conduz a uma pedagogia da nação [*grande patrie*]. Visitar seu domínio - os objetos de sua *petite patrie* - torna-se um ato político para o cidadão.” Sob este argumento, não se poderia medir maior ou menor interesse de um patrimônio, mas sim o seu papel de fixação da memória coletiva, através de sua existência concreta, atributo que lhe é dado mais pela diferença em relação a outros artefatos, do que à sua capacidade de ser incluído em alguma categoria previamente estabelecida e que imediatamente remetaria a uma hierarquia de valor, do mais local ao mais universal “patrimônio da humanidade”.

### **Abordagem da questão em cidades médias e pequenas sem tradição de preservação**

O patrimônio urbano e arquitetônico existente nas cidades da RMC, entre outros aspectos, evoca esta discussão sobre o valor pela diversidade, principalmente porque da forma como permanecem os vestígios em seus centros históricos, quase sempre este enquadramento prévio não seria possível. Não há conjuntos íntegros preservados, não há exemplares de todos os períodos justapostos, muitas vezes, não há sequer continuidade espacial em sua formação e transformação urbana que permita identificar uma linha do tempo no espaço. Esse aspecto dificulta o estabelecimento de critérios já consagrados para o estudo de cidades históricas ou consolidadas, que em muitos casos permaneceram preservadas justamente porque vivenciaram um longo período de estagnação econômica ou isolamento geográfico.

No caso das cidades da RMC, como afirma Carrión (2010, p.87) é preciso considerar a assimetria que existe entre cidade e centro histórico, assim como as mudanças de

funcionalidade que ambos experimentam ao longo da história. Os centros históricos, no presente momento, sofrem uma transformação de sua funcionalidade de uma centralidade de trânsitos ou fluxos para uma em que se engendra uma tensão entre os três atributos de centralidades: temática, funcional e fundacional. A cada um destes atributos corresponderia uma concepção diferente de centro e, portanto, uma valorização dos patrimônios nele existentes e, que, neste caso, estariam sobrepostos.

Segundo este autor, deve-se entender esta articulação entre cidade e centro histórico dentro do marco de uma “geometria variável” que se produz a partir das relações que se estabelecem entre o centro, a periferia e suas relações. Se uma destas variáveis muda, a outra muda também. Mas o centro é, sob seu ponto de vista, um espaço público por excelência, e por dois atributos principalmente, o de lugar de encontro, simbiótico e que dá sentido e forma à vida coletiva, e por sua condição de centralidade, que faz dele o ponto focal, somatória de tempos passados que lhe dá valor de história, sendo o único espaço de encontro da pluralidade de espaços, tempos e sujeitos patrimoniais, o que permite elaborar a noção de transmissão de valores de cidadania ou de “cidadania derivada”, como ele a denomina (Carrión, 2010, p.103).

O CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), criado no final dos anos 1960 como um braço do IPHAN para atuar ao nível estadual, durante muito tempo, trabalhou com a visão herdada do conceito de monumento enquanto representação do passado da nação e da moderna arquitetura brasileira, (Rodrigues, 1996, p.197). Sob este enfoque, a preservação era realizada a partir do tombamento, tanto de edifícios como de conjuntos ou bairros históricos, o qual, segundo Rodrigues (1996, p.198) tinha um custo social muito alto:

*São inúmeros os exemplos, em especial no caso de bairros ou conjuntos urbanos que, valorizados pelo reconhecimento oficial, foram esvaziados de seu significado e dos referenciais de cultura e memória originais; e, o que é mais grave, como, em geral, ocorre a dispersão dos seus moradores, destroem-se modos de vida, redes de sustentação de culturas específicas. Hoje referenciada na sociedade e não mais na nação, a atuação preservacionista permanece um ato de importância cultural; (...)*

Somente a partir do final da década de 1970 o órgão passaria a atuar a partir de uma perspectiva ambientalista e teria em consideração a cidade. Até então, segundo a autora, a atuação se restringira à atuação em centros históricos. A partir deste momento, a questão da preservação de bens culturais ganhou a dimensão de um problema urbano, porém, a prática de preservação com estes novos conceitos só seria possível após o fim do período de ditadura, quando finalmente foi possível a atuação do Estado junto aos poderes locais

constituídos democraticamente, o que permitiria, por sua vez, o envolvimento dos setores privados e dos movimentos sociais e populações afetadas pelas intervenções.

Já os conselhos municipais, a partir de meados dos anos 1980, nascem de forma distinta em relação aos órgãos estaduais, com a função de articular a preservação no contexto das políticas urbanas locais, o que fez com que, em muitos casos, tenham sido criados dentro de órgãos ligados à cultura e migrado em seguida para as áreas de turismo e desenvolvimento urbano ou planejamento. Portanto, hoje, são encontrados distintos contextos de atuação em termos de preservação nas cidades paulistas.

Compreender as relações de identidade e memória e os processos de formação e apropriação dos espaços públicos e dos edifícios significativos das cidades que compõem a Região Metropolitana de Campinas é quase impossível sem considerar as alterações em suas estruturas urbanas, na constituição das populações e nas formas de gestão como decorrência de sua inserção em processos de metropolização, sujeitas a fatores de indução externos, como os processos de regionalização das atividades e de conurbação física.

Desta forma, é a partir da identificação, levantamento e análise empírica dos espaços públicos e edificados destas cidades, que se busca delinear critérios para a definição dos bens de valor patrimonial. Por considerar processos urbanísticos que as colocam ora em cooperação, ora em competitividade ou complementaridade, também se abre a perspectiva de investigar a hipótese de se operar a partir de um comitê de preservação de núcleos urbanos e bens patrimoniais ao nível metropolitano.

Atualmente pouco se tem estudado sobre as pequenas e médias cidades no interior paulista. Isto fica mais evidente no momento em que se tenta pesquisar informações históricas e até mesmo dados mais recentes sobre os municípios, e o que se encontra são poucos registros sobre a vida cultural e os fatos ocorridos nos órgãos de gestão e arquivos históricos locais. Apesar da criação das câmaras temáticas citadas no início, não existe ainda uma política clara de preservação de bens de patrimônio histórico, arquitetônico e cultural destas cidades.

### **Características das cidades da RMC: inter-relação entre processos de formação, transformação e apropriação de territórios**

Os centros urbanos tiveram e ainda têm grande importância para a estruturação do tecido urbano das cidades e a preservação da identidade dos habitantes. São, neste aspecto, vestígios de sua gênese, em todos os casos, e históricos por definição. Os centros históricos se convertem em um grande projeto urbano quando seu problema é assumido por parte de

distintos sujeitos patrimoniais. Isto só ocorre porque se trata de uma problemática urbana particular no contexto de uma cidade, a que, de uma forma ou de outra, todos são portadores de desejos sobre esta zona (Carrión, 2010:102). O que não significa que não deva haver contradições, já que todo objeto que carrega a idéia de herança, e é atribuído de valor, é ao mesmo tempo objeto de disputa.

Como aponta Poulot (2009:230), o desafio consiste em saber quem, na comunidade, decide o que deve ser protegido e como legitimar as escolhas adotadas. Segundo este autor, o patrimônio inscreve-se entre a história e a memória, evoca um conjunto de valores que dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão das identidades pessoais e sociais. Um dos desafios do patrimônio estaria, portanto, em resolver “o paradoxo do nosso tempo: sobrevalorizar a libertação dos indivíduos e, simultaneamente, a busca de identidade” (Poulot, 2009:238-239).

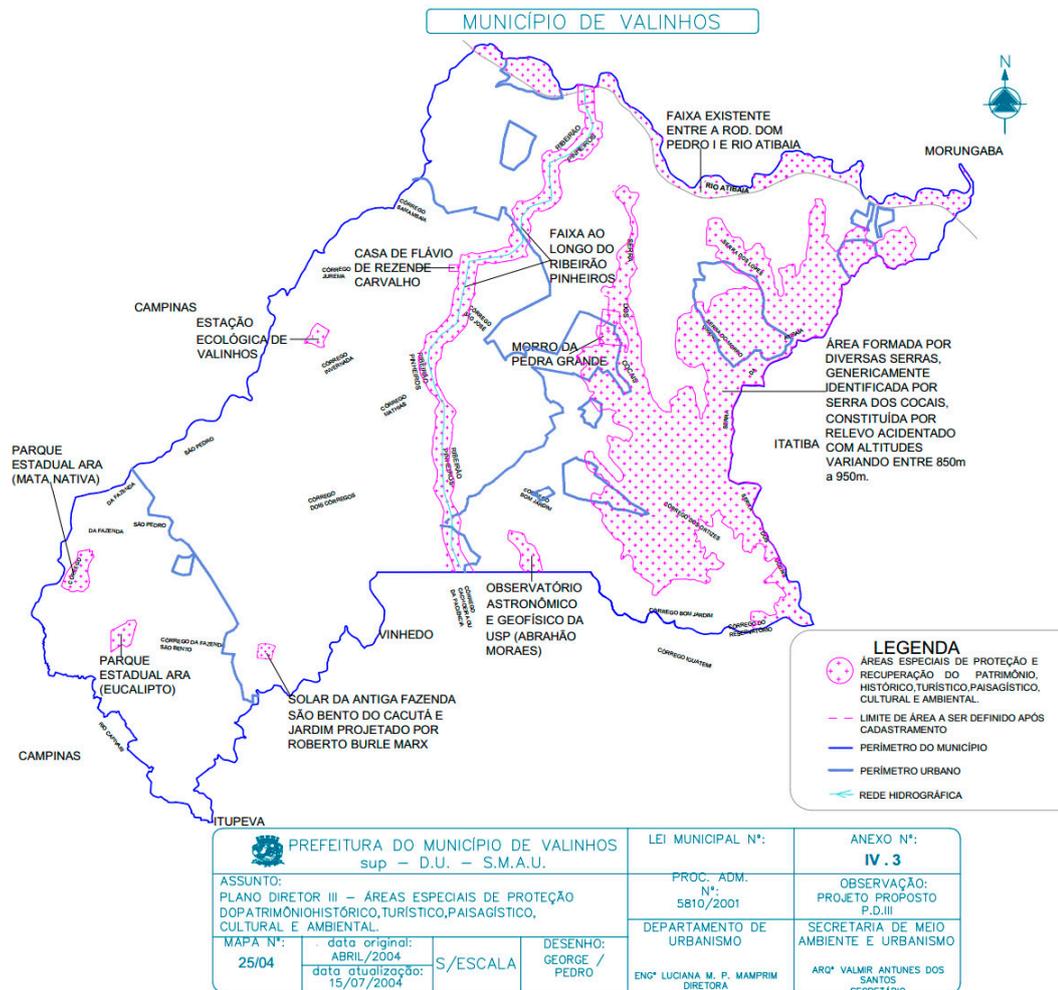
No caso da RMC, a migração de pessoas de outras cidades e regiões induziu a uma nova forma de identidade com os centros e até mesmo uma dissolução de particularidades em cada um deles. O surgimento de condomínios fechados consolidou uma forma de vida confinada, diluindo a formação de comunidades, afastando-as, de certa forma, dos problemas e do rumo do desenvolvimento das cidades em que vivem. Essa dissolução das relações causa o esvaziamento dos espaços públicos, que perdem o significado diante de novas formas de lazer cada vez mais individualizado como é o caso dos shopping-centers no eixo da Rodovia Dom Pedro I (Reis, 2006). Por outro lado, os processos de conurbação têm origem na intensa troca de informações, energia, capital, trabalho e pessoas. Uma cidade passa a absorver outra e ambas sofrem transformações em seus núcleos urbanos (Villaça, 1998).

Neste texto, apresentamos de forma sucinta as características de três cidades, Valinhos, Paulínia e Artur Nogueira, que são emblemáticas para compreender a Região Metropolitana de Campinas e que por este motivo foram definidas como primeiros casos de estudo.

A cidade de Valinhos foi originalmente ocupada por grandes fazendas de café, que pertenciam à cidade de Campinas. A ferrovia chegou a Valinhos em 1872 fazendo com que a agricultura se difundisse na região, principalmente o figo roxo, que a partir de 1900 teve a produção conhecida nacionalmente. Mas somente em 1953, Valinhos se desmembrou de Campinas. A cidade passou por um processo de periferização, com o surgimento de inúmeros condomínios residenciais privados que atraem moradores de outras cidades, como São Paulo, por sua localização estratégica e por possuir infra-estrutura urbana e níveis de

qualidade de vida elevados. Valinhos está conurbada com Campinas e apresenta fluxo de pessoas com destino à cidade para estudos e trabalho (Gutmann, 2011)<sup>5</sup>.

Figura 3



Áreas especiais de proteção do patrimônio histórico, turístico, paisagístico, cultural e ambiental. Fonte: Plano Diretor III do Município de Valinhos (Lei 3841/2004). Disponível em: [http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/arquivos/legislacao/anexo\\_IV.3 - original\\_25-04 - \\_reas\\_prot\\_patrimnio.pdf](http://www.valinhos.sp.gov.br/portal/arquivos/legislacao/anexo_IV.3_-_original_25-04_-_reas_prot_patrimnio.pdf). Acesso em: 12/11/2012.

A cidade de Paulínia teve seu território estruturado a partir da doação de sesmarias no final do século XVIII, tendo sua origem na fazenda produtora de café São Bento. Em 1903 é inaugurada uma capela na qual se dá início a um vilarejo. Ocorre intenso processo migratório basicamente de italianos para trabalhar nas plantações de café e em 1906 é consolidada como vila. A emancipação para município ocorreu em 1964. Nos anos 1970, com

<sup>5</sup> Campinas, Americana e Valinhos são as únicas cidades destinos com fluxo pendulares para estudo de mais de 100 pessoas. Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Acessível em: <http://www.nepo.unicamp.br/> Acesso em: 07/06/2011.

a implantação da Replan (Refinaria do Planalto) Paulínia muda sua história, atraindo diversas indústrias e se consolidando como pólo de redistribuição de derivados de petróleo. A partir de seu bairro mais antigo, Santa Cecília, a mancha urbana propagou-se de forma descontínua. Devido à forte presença industrial, Paulínia sofre uma dualidade entre comunidade local e comunidade das grandes empresas, muitas vezes se tornando um grande enclave.

Figura 4



Foto aérea da área de divisa (em vermelho) entre os distritos de Barão Geraldo, em Campinas, e Betel, em Paulínia. Fonte: Foto produzida por Letícia Wassall, a partir de vôo realizado em abril de 2010.

A cidade de Artur Nogueira foi desmembrada de Cosmópolis e elevada à categoria de município em 1949. Tem sua origem nas plantações de cana de açúcar no início do século 20 e na doação da Usina Ester que pertencia a Cosmópolis. A cidade teve um dos índices de crescimento populacional mais altos da última década, decorrente da integração do município com outras cidades da RMC. Pode ser considerada uma cidade dormitório, já que uma grande parcela da população que reside na cidade trabalha em outros municípios, principalmente na petroquímica de Paulínia.

Assim, Valinhos sofre um processo de periferização com o surgimento de condomínios residenciais privados; Paulínia tem forte presença industrial e provoca a

formação de manchas urbanas segregadas, tanto quanto atrai a população de outras cidades, tais como Artur Nogueira, transformando-a em uma cidade dormitório com forte crescimento populacional.

Tal descrição reitera levantamentos recentes que apontam mudança nas estratégias de deslocamentos de indivíduos (movimentos pendulares) nas últimas décadas do século XX, em que novos processos se materializam na dimensão interna, pelo redirecionamento dos fluxos migratórios para as cidades médias, em detrimento dos grandes centros urbanos (Oliveira et al., 2011).

As três cidades, portanto, representam, a princípio, casos emblemáticos de transformações urbanas decorrentes do processo de regionalização das atividades e de metropolização sofrido nas cidades da RMC, que podem nos fornecer elementos de compreensão sobre as mudanças ocorridas em seus edifícios e espaços públicos de valor patrimonial e, ao mesmo tempo, possibilitar inferências sobre os processos em curso em outras cidades na região.

### **A preservação de patrimônios dispersos**

Por várias circunstâncias, conforme já relatamos inicialmente, e a exemplo de outros contextos que apresentam certa heterogeneidade na constituição de seu arcabouço construído, a avaliação do caráter patrimonial dos edifícios, conjuntos e sítios, tem sido muitas vezes caso a caso, principalmente na iminência de uma intervenção arquitetônica ou urbanística (em muitos casos, em situações de conflito). A avaliação de cada imóvel ou conjunto com interesse patrimonial, ainda que esteja incorporada na prática cotidiana dos órgãos de preservação e nas discussões dos conselhos, em geral, limita-se quase sempre a uma análise emergencial e sem o rigor necessário requerido nas tomadas de decisão dos vários agentes que atuam sobre o território, com exceção para edifícios de grande valor histórico ou arquitetônico, por vários motivos que aqui não seria possível expor, entre eles, a desproporção entre o número de técnicos que atuam nas áreas e a quantidade da demanda para análise.

Tendo em conta a diversidade de patrimônios existentes nas cidades da RMC, a seleção dos imóveis, conjuntos e espaços públicos se fará a partir de um enquadramento em quatro grupos: 1. Edifícios ou outras construções (monumentos, equipamentos, etc.); 2. Conjuntos edificados; 3. Espaços públicos e 4. Unidades de valor paisagístico (antigas sedes de fazenda, parques, etc.) ou bairros característicos.

A seleção dos bens patrimoniais segue uma classificação tendo em conta um ou vários dos seguintes critérios: a) interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; b) caráter matricial do bem; c) concepção arquitetônica, urbanística e paisagística; d) a importância para a formação da cidade; e) a importância no imaginário coletivo da comunidade.

Porém, é no momento de identificação dos bens que temos que rever e reelaborar os critérios, na medida em que para cada cidade é necessário reconhecer processos ocorridos e em curso, tais como: a gênese da ocupação dos territórios; os processos de urbanização e formação de núcleos ou centros principais; a intensidade, alternância e itinerância de usos e apropriações nos espaços públicos; os usos e intervenções/subtrações realizadas no traçado e nos edifícios remanescentes de vários períodos. Somente a partir deste conhecimento, é que se inicia o trabalho de identificação dos espaços urbanos e edifícios que possuem valor patrimonial, que não pode prescindir de uma consulta ou entrevista com os próprios moradores (permanentes ou temporários) e usuários.

Em resumo, o desafio é estabelecer como o conhecimento da história da cidade e do urbanismo podem nos fornecer os elementos de base documental para, em seguida, analisá-los a partir de novos valores, ao longo do tempo, pela comunidade, para então propor um reconhecimento destes bens em alguma das dimensões apontadas.

### **Considerações finais para discussão**

A pesquisa se iniciou a partir da reflexão sobre os fatores que geraram os deslocamentos populacionais (movimentos pendulares) para compreender sua influência sobre as relações de identidade e de atribuição de valor aos patrimônios culturais das cidades da RMC.

O dado teórico principal foi a constatação de uma mudança nestes processos nas últimas décadas do século XX, no Brasil, com a inversão de fluxos migratórios dos grandes centros para as cidades médias, com consequências para as pequenas, deixando de ser um fenômeno exclusivamente metropolitano.

Entretanto, segundo vários autores apontados, não há uma única explicação para o processo e sim uma vertente de explicação que atribui à mudança de padrão na acumulação do capital a partir do final do século XX o impulso para esta transformação. Entretanto, a partir do estudo das cidades da RMC, pode-se afirmar que tais processos não têm necessariamente relação com o processo de globalização e estão mais relacionados à lógica de inserção interna nas regiões, onde inclusive podem coexistir formas novas de organização sócio-espacial com formas típicas decorrentes de urbanizações de períodos anteriores.

O problema principal a destacar quanto ao método de identificação e seleção do patrimônio, é que ao considerar-se o deslocamento da população em função de mudanças, tanto na organização social quanto na produtiva, temos que admitir a existência de outras formas de valorização e reconhecimento pela população - que resultam em distintos usos do espaço e do tempo - que se traduzem em diversos aspectos culturais e físico-espaciais, em especial, no valor atribuído à memória, aos objetos patrimoniais.

Concordamos com a afirmação de Oliveira (et al., 2011) de que as diferentes práticas, atividades, ações e trajetórias, detectáveis nos movimentos da população, correspondem a múltiplas dimensões da realidade social, nas quais se incluem as relações de pertencimento, e se manifestam em distintas dimensões: da esfera de vida pública e privada; do ciclo de vida; das novas relações trabalho-casa estabelecidas; das condições do habitat; dos processos de apropriação espacial; de segregação sócio-espacial; das redes sociais, etc.

Neste sentido, por um lado, reitera-se a importância de produção de evidências desses movimentos a partir de levantamentos e análises empíricas dos territórios e, por outro, a limitação do uso de ferramentas e critérios de classificação utilizados para a compreensão de processos e atribuição de valor em cidades históricas ou consolidadas.

Por haver detectado processos inter-relacionados entre os municípios, uma das hipóteses em que se apóia a pesquisa é a possibilidade de pensar a gestão dos patrimônios edificados das cidades da RMC a partir de um tratamento conjunto, ou seja, a partir de uma agência ou conselho metropolitano.

Por último, os instrumentos para a caracterização/preservação das áreas do entorno próximo dos edifícios, conjuntos ou espaços públicos pré-existentes preservados, não foram ainda estudados de forma a possibilitar uma avaliação rigorosa de cada nova intervenção proposta por parte dos agentes privados, ou da gestão pública. E esta é uma das questões mais enfrentadas em contextos dinâmicos.

## **Referências bibliográficas**

- PMHIS - Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social. 2010. *AGEMCAMP - Agência Metropolitana de Campinas*, Campinas. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/>. Acesso em: 12/11/2010.
- Arantes, A. 2006. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Revista Habitus, Goiânia*, v.4.n.1,p.425-435, jan/jun.

- Baeninger, R. A. 2002. População em Movimento. In: *Fonseca, R.; Davanzo, A. M. Q.; Negreiros, R. M. C. (orgs.) Livro Verde: Desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: UNICAMP, IE.
- Bremaeker, F. E. J. 2001. Os conselhos Municipais existentes no Brasil. *Série Estudos Especiais n°23*. Rio de Janeiro: IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal).
- Cano, W., Brandão, C.A. 2002. *A Região Metropolitana de Campinas. Urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Carrión, F. 2010. *El centro histórico como objeto del deseo. El laberinto de las centralidades históricas en América Latina*. Quito: Ministério de Cultura.
- Fonseca, M. C. L. F. 1996. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dossiê Cidadania*. Brasil: IPHAN.
- Gutmann, C. 2011. Valor patrimonial dos Espaços Públicos. Estudo de caso do centro de Valinhos - SP. *Dissertação de Mestrado*. Campinas: PUC-Campinas. Disponível em: [www.puc-campinas.edu.br](http://www.puc-campinas.edu.br). Acesso: 20/10/2011.
- Justicia, M. J. M., MARTÍNEZ, L. J. S-M. 2008. *La restauración de bienes culturales en los textos normativos. Selección, traducción y estudio crítico de documentos normativos internacionales y nacionales*. Granada: Editorial Comares.
- Muñoz, F. 2008. *Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- OLIVEIRA, L. A. P. de, OLIVEIRA, A. T. R. de (Org.) 2011. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. *Estudos e Análises I*. Rio de Janeiro: IBGE.
- PITU - Plano Integrado de Transportes Urbanos /RMC/2015. 2010. *Relatórios*. Campinas: Governo do Estado de São Paulo. Secretaria dos transportes Metropolitanos. Disponível em: <http://www.stm.sp.gov.br/images/stories/Pitus/Pitu2015/index.html>. Acesso: 15/11/2012.
- Poulot, D. 2009. *Uma história do patrimônio no Ocidente. Séculos XVIII - XXI. Do monumento aos valores*. Tradução João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade.
- Reis, N. G. 2006. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: LAP/FAPESP/Via das Artes.
- Rodrigues, M. 1996. De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dossiê Cidadania*. Brasil: IPHAN.

Schicchi, M. C. da S. 2010. Gestão do patrimônio urbano e edificado nos centros históricos das cidades de Campinas e Santos. *Oculum Ensaios* (PUCCAMP), v.11-12, p.90 - 110.

Villaça, F. 1998. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute.